



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022.05.124/2022

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba, designada pela Portaria nº 052/2022, de 08 de novembro de 2022, torna público que, impreterivelmente e após o credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO LOTE, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, e suas alterações e do Decreto Municipal nº 032/2005, de 04/11/2005, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, LC 147/14 e LC 155/2016, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

- **Recebimento dos envelopes: impreterivelmente até às 10 horas do dia 15 de dezembro de 2022.**
- **Sessão de Credenciamento: às 10 horas do dia 15 de dezembro de 2022.**
- **Sessão de Abertura da Proposta: logo a seguir ao Credenciamento.**

LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de reuniões da CPL, localizada à Rua Luiz Furtado de Figueiredo, s/n, 1º Andar, centro, Mãe D'água – PB.

1. DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação consiste na Contratação de serviços a serem prestados na efetivação/execução do Plano de Capacitação Integrado de Recursos Humanos para a área da Assistência Social - Reestruturação do SUAS/PS do Município de Mãe d'Água-PB, conforme especificações no edital e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, na condição de proponente, os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, empresas individuais, sociedades comerciais e civis, regularmente estabelecidas neste país, que sejam nacionais e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

2.2. - É Será vedada a participação de empresas que:

- a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97 da lei nº 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;
- b) – Sob Processo de falência, concordata ou insolvência civil;
- c) – Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) – Estrangeiras que não funcionem no País;
- e) – Cooperativas;



- f) – Que estejam com o Direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal Suspensos;
- g) – Que estejam reunidas em consórcio ou coligação;
- h) Empresas constituídas com o mesmo objeto e da qual participe sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8443/92, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- i) Empresas que tenham condenações civis por ato de improbidade administrativa.
- j) As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial, nos termos da Lei Complementar nº147/2014.
- l) As empresas participantes deverão apresentar declaração, conforme **modelo anexo** sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar N. 147/2014.
- m) Que tenham Responsável Técnico ou integrante da equipe técnica pertencente a outra firma que esteja participando da mesma licitação;
- n) Empresas inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- o) Sociedades inscritas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa;
- p) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3. Caso constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item anterior, ainda que **a posteriori**, a empresa licitante será **desqualificada**, ficando esta e seus representantes **sujeitos às penas legais cabíveis**, constantes da Lei no 8.666/93.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. O caderno do edital completo poderá ser adquirido gratuitamente no site <http://www.maedagua.pb.gov.br>;

3.2. Qualquer consulta/pedido de esclarecimento/impugnação em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, deverá ser dirigida por escrito a Pregoeira, até 03 (três) dias anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no endereço Rua Luiz Furtado de Figueiredo, s/n, 1º Andar, Centro, na Cidade de MÃE D'ÁGUA - Estado da Paraíba, na sala Comissão Permanente de Licitação, deste edital ou por e-mail comissaodelicitacao@outlook.com.br informando o número da licitação indicada no Edital, até 02 (dois) dias úteis antes da data da entrega dos envelopes, por representante legal devidamente qualificado.

3.2.1. As respostas sobre quaisquer dúvidas ou necessidades de informações ou esclarecimentos de caráter eminentemente técnico serão respondidas pela Pregoeira e sua equipe, após pronunciamento da área técnica, quando for o caso;

3.2.2. A pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;



3.3. Obriga-se o licitante a fazer minucioso estudo do Edital e seus Anexos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à Comissão de Pregão as dúvidas, divergências e/ou incorreções que possam existir, para os devidos esclarecimentos;

3.4. Os esclarecimentos/impugnações prestados serão estendidos a todos os interessados, cujas respostas serão prestadas através do e-mail comissaodelicitacao@outlook.com.br e terão o aviso resumido publicado no site <http://www.maedagua.pb.gov.br> e divulgado no Diário Oficial do Estado correspondente a presente PREGÃO PRESENCIAL N° xxxxxx/2022. Face ao exposto, os interessados deverão consultar o referido site, até as 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da realização da Sessão Pública, para verificar a ocorrência de possíveis mensagens pela Comissão de Pregão/MÃE D'ÁGUA;

3.5. Em qualquer ocasião, antecedendo a data de entrega das propostas, a Pregoeira poderá, por qualquer motivo, por sua iniciativa ou em consequência de respostas às solicitações de esclarecimentos, modificar os documentos de licitação mediante a emissão de um aviso de errata, que será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba e site do município, em conformidade com a legislação vigente;

3.6. Nos termos do Art. 41, §1º, da Lei 8.666/93, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física poderá impugnar os termos do edital e/ou seus anexos, mediante petição devidamente fundamentada, por representante qualificado, e ser dirigida à Pregoeira, podendo ser previamente enviada ao e-mail comissaodelicitacao@outlook.com.br, ou apresentados diretamente no protocolo físico da PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA;

3.7. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, § 3º da Lei Federal nº 8666/93);

3.7.1. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, § 3º da Lei Federal nº 8666/93);

3.8. Fica assegurado à Prefeitura Municipal De MÃE D'ÁGUA o direito de, no interesse da Administração Pública, adotar os seguintes procedimentos, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

a) Anular ou revogar esta licitação, na forma do disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93;

b) Alterar as condições deste instrumento convocatório, reabrindo novo prazo para entrega dos envelopes, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas, procedendo-se à publicação do respectivo aviso no Diário Oficial do Estado; e

c) Adiar a data da abertura da licitação.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.

4. A licitante deverá se apresentar para Credenciamento junto a pregoeira através de um representante devidamente munido dos documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.1. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.





4.2. Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência).**

Tratando-se de procurador, **A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; **(cópias autenticada ou apresentar os originais para conferência).**

b.1. O documento acima deve estar acompanhado do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.

b.2. O Licitante que desejar nomear representante para todos os atos, inclusive para a assinatura de contratos e/ou aditivos deverá apresentar Instrumento Procuratório Público.

b.3. O licitante que mandar representante com procuração particular a mesma deve ser emitida nos últimos 06 (seis meses);

b) O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;

d) "Se o licitante não credenciar um representante abdica, por via de consequência (ipso facto) do direito de fazer lances e, principalmente, de recorrer dos atos da pregoeira".

e) Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pela pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio antes da sessão para autenticar documentos.

f) Declaração, em papel timbrado, destinadas ao município, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo de Declaração, constante no Anexo IV deste Edital, nos termos previsto no art. 4º inciso VII da Lei 10.520/2002.

f.1. A referida declaração deverá ser apresentada juntamente com os documentos para credenciamento.

g) Declaração de comprovação, em papel timbrado, destinadas ao município, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um



dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme Anexo IV deste Edital.

h) Deverá ser apresentado junto ao credenciamento do licitante, a Declaração de Elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no anexo II deste edital, nos termos da IN nº 02 , de 16 de setembro de 2009, do Governo Federal.

4.3. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) que deverá ser apresentado no momento do Credenciamento.

4.4. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pela pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio antes da sessão para autenticar documentos.

4.5. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de Credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.6. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.8. Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.

4.9. A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA”, antes do início do recebimento dos mesmos.

4.10. A participação na licitação implica na aceitação integral de todas as exigências constantes do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

4.11. Falhas, irregularidades ou falta de documentação dos representantes dos licitantes no ato de credenciamento, não impedirão a participação destas no certame. No entanto, o representante, não poderá se manifestar ou praticar atos em nome da licitante, durante a sessão, embora esteja garantindo o direito de assisti-la.

4.12. Fica assegurado às licitantes, desde que devidamente justificado e mediante a disponibilização dos documentos previstos nos subitens 4.2., a substituição do seu representante legal junto à Comissão Permanente de Licitação.

4.13. Os documentos de credenciamento serão rubricados pela comissão e pelos proponentes presentes, sendo em seguida juntados ao processo de licitação. A não apresentação do documento de credenciamento ou a sua incorreção não impedirá a participação da licitante no certame, porém impossibilitará o representante de se

manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

4.14. Somente serão aceitas somente cópias legíveis;

4.15. A **Comissão Permanente de Licitação** reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

4.16. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas

4.17. Para participar desta licitação os interessados deverão entregar à C P L os envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS, de acordo com o item 5.0 do edital

4.18. Encerrada a fase de recebimento dos envelopes, não mais serão admitidos novos proponentes.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO.

5.1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a pregoeira, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:

5.1.2. em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope n.º 1) e Habilitação (envelope n.º 2),

5.2. Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pela Pregoeira.

5.3. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA
PREGÃO PRESENCIAL nº XXXXX/2022
LICITANTE: _____
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA



PREGÃO PRESENCIAL nº xxxx/2022

LICITANTE: _____

ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

5.4. Não será admitida a remessa postal dos envelopes de Proposta de Preço e Habilitação.

5.5. Os documentos necessários ao, CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, este deverá ser através de Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, nos termos da Lei Estadual 10.132/2013, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da PMMD, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, obrigando-se, no entanto, a fornecer os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados pela Comissão.

5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço;

5.6.1. *Os envelopes nº 01 e nº 02 deverão conter na íntegra todas as especificações e declarações solicitadas como requisitos constantes dos itens 7 e 8 deste Edital, respectivamente;*

5.6.2. *A inversão de documentos no envelope, implicará na desclassificação automática da licitante, por configurar violação do sigilo da proposta.*

5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente;

5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatória, apresentada em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou do CPF – Cadastro de Pessoa Física indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação;

5.10. A não entrega da Declaração exigida no subitem 4.2. letra “f” deste Edital implicará o não recebimento, por parte da pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação .

5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

5.12. O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a



interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pela Pregoeira.

5.13. Recomenda-se que todos os representantes dos licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito ao recurso.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”, com a indicação do(s) item(ns) de participação.

6.2 A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em 01 (uma) via digitada, devidamente datada, rubricadas as suas folhas e assinada por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

a) razão social da empresa, número do CNPJ, número da Inscrição Estadual e endereço do proponente; telefone e e-mail da licitante e número do processo de pregão;

a.1. Solicita-se que as empresas façam constar o número da conta corrente, agência e banco preferido onde deseja receber seus créditos, se vencedoras para facilitar procedimentos.

b) Especificação completa do serviço ofertado de forma clara, com informações que possibilitem a completa avaliação do(s) item(ns) proposto(s). Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

c) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para abertura.

d) Os preços propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional (real), expressos em algarismo (até duas casas decimais) e valor global por extenso;

e) A proposta de preços deverá conter o preço unitário e global para cada item cotado, objeto deste Pregão, no modelo da Proposta de Preços – Anexo III deste Edital;

f) Em caso de divergência entre valores expressos e algarismo e por extenso, serão considerados estes últimos;

g) Declaração que nos preços propostos encontram-se incluídas todas e quaisquer despesas diretas e indiretas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta

licitação, que se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações;

6.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação;

6.4. Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento será considerado como aceito o disposto no Edital;

7.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O critério de Julgamento será de MENOR PREÇO DO LOTE:

7.1.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

- a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b) apresentarem preços excessivos (descontos irrisórios) ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;
- c) apresentarem proposta alternativa.
- d) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
d.1.) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- e) Será desclassificada a licitante que não cotar todos os itens do lote;
- f) O NÃO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA, OU DESCUMPRIMENTO DO REFERIDO PRAZO DE ATÉ DOIS DIAS, ACARRETEARÁ A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, SENDO CONVOCADA A SEGUNDA CLASSIFICADA NOS TERMOS DA LEI.

7.2 Serão classificados pela Pregoeira, primeiramente, o proponente que apresentar a proposta de menor preço e, em seguida, todas as propostas com percentuais sucessivos e inferiores, em até 10%. Não havendo no mínimo duas propostas dentro do percentual acima, serão classificadas as propostas de melhores ofertas, até que se obtenha o mínimo de 03 (três) empresas aptas a ofertar lances, conforme disposto no art. 11, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão.

7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta de preços, serão classificadas as três melhores de menor preço, quaisquer que sejam seus valores.



7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior, será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos de percentuais de descontos distintos e decrescentes.

7.5 A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.

7.7 Caso não se realizem novos lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **menor valor Por LOTE** e o estimado para a contratação.

7.8 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a pregoeira considerar necessário, onde cada um **terá até dois minutos** para formular seu lance.

7.9 Só será aceito lance cujo **preço por LOTE** seja menor do que o último lance anteriormente registrado; e que cujo **valor DO LOTE**, após o lance, contenha algarismo (até duas casas decimais).

7.10 Encerra-se a disputa de lances quando não houver mais nenhuma propositura verbal para menor preço. E encerrada essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de **menor preço DO LOTE**.

7.11. Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e LC 147/2014, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e sido verificada a ocorrência de empate – *entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta melhor proposta* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.12. Para efeito do disposto no item 7.11., ocorrendo o empate, proceder-se-à da seguinte forma:

7.12.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos **após a convocação**, apresentar nova proposta de

preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.12.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.11, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.12.3 – A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do subitem 7.11, deverá(ão) apresentar junto com a documentação de habilitação, comprovação da sua condição declarada, por meio de **declaração expressa elaborada e assinada da licitante**, sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido no subitem 8.2.3 do edital, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.12.3.1 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.12.5. O disposto no subitem 7.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.13. Para efeito do disposto no item 7.12., ocorrendo o empate, proceder-se à da seguinte forma:

7.13.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos **após a convocação**, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.13.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.12, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.13.3 – A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do subitem 7.12, deverá (ão) apresentar junto com a documentação de credenciamento, comprovação da sua condição declarada, mediante apresentação de DECLARAÇÃO EXPRESSA, sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da

regularidade fiscal, nos termos estabelecido no subitem 8.2.3 do edital, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.13.3.1 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13.5. O disposto no subitem 7.12. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.14 *Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente. Em atendimento a Lei Complementar 123/2006 e LC 147/14, deve ser observado o disposto no item 8 deste Edital.*

7.15. A pregoeirapoderá transferir o julgamento das propostas para outra data, caso necessite de mais tempo para apreciá-las, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se.

7.16. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidade constantes no item 19 do Edital.

7.17. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre o menor lance e o valor estimado para a contratação. A pregoeira poderá oferecer contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.18. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, a pregoeira adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuados pelo MENOR PREÇO DO LOTE

7.19. Havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, deverão ser observadas às disposições constantes no item 11, deste Edital.

7.20. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências editalícias, A pregoeira examinará as propostas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com este Edital.

7.21. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado.

7.22. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem

inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram as inabilitações ou desclassificações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

7.23. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira e membros da equipe de apoio e representantes das licitantes presentes.

7.24. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

7.25. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão as da proposta.

7.26 Não se considerará, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

7.27 Na fase de julgamento a pregoeira poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender as solicitações no prazo por ela estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.28 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.29 Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato e a receber a nota de empenho e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no item 19 deste edital.

7.30. A pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de MÃE D'ÁGUA ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, para orientar sua decisão.

8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"

8.1. O envelope "B" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

a) Declaração expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de MÃE D'ÁGUA - Estado da Paraíba, não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº



8666/93, conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

b) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99), conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

c) Declaração de que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Equipe de Apoio; conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

8.2. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

d) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

e) para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

f) CPF e RG do administrador.

8.2.1. RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal; assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014;



b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), do domicílio sede da contratante, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014;

e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal; assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da LC 155/2016.

ATENÇÃO: Caso as certidões expedidas pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sejam POSITIVAS, a Prefeitura de MÃE D'ÁGUA, reserva-se ao direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente COM EFEITOS DE NEGATIVA, nos termos do art. 206 do CTB.

8.2.2. RELATIVOS A CAPACIDADE ECONOMICO FINANCEIRA

8.2.2.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste



declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial,

a.) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

8.2.2.3. RELATIVOS A CAPACIDADE TÉCNICA

8.2.2.3.1.A Qualificação Técnica será comprovada com o cumprimento dos itens descritos abaixo:

a- Documento oficial de instituição pública ou privada;

b- Currículo vitae, devidamente comprovado por meio de certificados;

c- os ministrantes deverão ter Especialização ou Mestrado na área de educação comprovada mediante apresentação em documento oficial de instituição reconhecida pelo MEC;

d- Ementa do curso a ser ministrado;

8.2.2.3.2. **Comprovação de aptidão** para desempenho da atividade pertinente ao objeto licitado e **compatível em características com o objeto** da licitação, através de apresentação de Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

1.1. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente.

1.2. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa Proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa Proponente;

1.3. No atestado ou declaração de capacidade técnica deverá constar, sob pena de inabilitação, além das exigências citadas, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, nome ou razão social e CNPJ ou CPF do contratado.

8.3. DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006.¹ E LC 147/14

a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

¹ As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação de regularidade fiscal exigida no subitem 8.2.2 "b", deste edital, ainda que apresente alguma restrição, assegurado o prazo de dois dias úteis, a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para apresentação de nova documentação sem restrição, sob pena de **inabilitação**, cujo prazo pode ser prorrogado, mediante justificativa apresentada pelo proponente e aceita pela Administração, observado o § 1º do art.43 da LC Nº 123/2006 e LC 147/14

- b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
- c.1) A prorrogação do prazo prevista no *caput* deste inciso será concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação, ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.
- c.2) Após a intimação referida no *caput* deste inciso, a pregoeira informará que suspenderá a sessão para aguardar o prazo concedido para regularização da documentação e informará também a data e hora da reabertura da sessão.
- c.3) Confirmada a regularidade dos documentos do licitante declarado vencedor, será imediatamente oportunizada a possibilidade de interposição de recurso, encerrada a sessão e extraída a ata correspondente.
- d) A não regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no citado **item c** será analisada a documentação de habilitação do licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarado vencedor.

8.4 Será inabilitada a licitante cujo relatório de situação das certidões apresente documento(s) fora dos prazo de validade, salvo se estiver em seu poder ou dentro do envelope de habilitação.

8.5 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a Pregoeira considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.

8.6. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

8.7. Os documentos exigidos no item 8., obtidos através de sites, terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando





estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 8.4.

8.8. Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados ou que não tenha ganho nenhum item, ficarão lacrados, em poder da CPL até a efetiva homologação do certame, superada essa fase, os envelopes serão devolvidos. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias sem que o licitante venha retirar seu envelope, estes serão incinerados.

8.9. Na análise da habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal; (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.9.1 Após consulta acima, as LICITANTES que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.

8.9.2 A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.9.3. Em ocorrendo a situação que duas ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

9.0 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 – Será inabilitado o licitante que:

- a) Deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados;
- b) Apresentar documentos com validade vencida;
- c) Apresentar apenas o protocolo do pedido do documento nos respectivos órgãos ou repartições, em substituição ao documento solicitado neste instrumento;
- d) Apresentar documentos de comarca ou jurisdição diferente de sua sede ou domicílio;
- e) Possuir objeto social que não autorize a execução do objeto licitado;
- f) Apresentar documento copiado por fax.

9.2. Na fase de julgamento a Pregoeira poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem as solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

9.3. Efetuados os procedimentos previstos nos itens anteriores deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, A Pregoeira procederá, de imediato, à verificação do atendimento das condições de habilitação deste licitante,



que em caso positivo será declarado habilitado, onde a documentação apresentada será devidamente rubricada pelos representantes legais das licitantes e membros da Comissão que decidirá pela habilitação ou inabilitação das participantes, dando ciência às interessadas na própria sessão ou em outra que será oportunamente convocada

9.4. Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados ou que não tenha ganho nenhum item, ficarão lacrados, em poder da CPP até a efetiva homologação do certame, superada essa fase, os envelopes serão devolvidos. Ultrapassado o prazo de 30(trinta) dias sem que o licitante venha retirar seu envelope, estes serão incinerados.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Caso não haja manifestação de interpor recurso por parte dos demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pela pregoeira no final da sessão, sendo registrada em ata ou posteriormente, caso seja necessário alguma análise mais detalhada das propostas.

10.2. Se houver interposição de recurso administrativo, o item atacado pelo recurso administrativo será adjudicado pela autoridade competente para julgar esse instrumento de ataque à decisão da Pregoeira.

10.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

10.4. a autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos produtos cotados, antes da homologação do certame.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de (03) três dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito, podendo juntar memoriais, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1. A manifestação da intenção de interpor recurso somente será admitida, no final da sessão, após a decisão da pregoeira indicando o vencedor do certame, nos casos de:

- a) julgamento das propostas;
- b) habilitação ou inabilitação da licitante.

11.1.2. Apresentada a intenção de interpor recurso, a pregoeira deverá verificar os requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.

11.2. A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante em interpor recurso,

ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação;

11.3. Qualquer recurso contra a decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo;

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidade apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito;

11.6. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no site desta Prefeitura e no D.O.E Paraíba;

11.7. Os Elementos indispensáveis à defesa dos interesses da pregoante poderão ser vistos no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Mãe d'água, **Rua Luiz Furtado De Figueiredo, s/n, 1º Andar, Centro, Mãe D'água - Estado da Paraíba.**

12.0 DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2022, Recursos ordinários/CONVENIO GOVERNO ESTADO PARAIBA Nº 573/2022, na unidade orçamentária 02.100 Secretaria da Educação, Classificação funcional 12 361 2001 2024 Manutenção da Secretaria de Educação; no elemento de despesa nº 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

13. DO CONTRATO

13.1. A contratação com a firma vencedora far-se-á por termo de Contrato, com base no Edital, na proposta apresentada, na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014, e na Lei nº 8.666/93 e minuta de Contrato anexa ao edital;

13.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

13.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;



13.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

13.5 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

13.6. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.7.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.8. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Assegurar condições de recursos humanos para a realização do curso.

14.2. Executar o serviço contratado mediante autorização expressa do CONTRATANTE, conforme a seguir:

14.2.1. Ministrando diretamente as etapas inicial e continuada da formação, elaborar os planos das etapas inicial e continuada da formação, observando os princípios e diretrizes definidos no Programa.



14.2.2. Elaborar em parceria com o Secretaria da Educação os planos das etapas inicial e continuada da formação, observando os princípios e diretrizes definidos pela CONTRATANTE.

14.2.3. Ministrare os encontros previstos para as etapas inicial e continuada da formação dos professores e profissionais da educação;

14.3. Assumir o ônus da remuneração dos ministrantes da Formação Inicial e Continuada, conforme valores estabelecidos no proposta vencedora;

14.3.1. Colocar à disposição das atividades, até a sua conclusão, recursos institucionais que possam contribuir para o êxito das programações, conforme ementa do curso de cada ministrante;

14.4. Iniciar os cursos após o recebimento da Nota de Empenho ou emissão da Ordem de Serviço; devendo o mesmo arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, fretes, impostos, taxas, contratação dos profissionais.

14.5. Planejar, acompanhar e avaliar as programações dos cursos através de seus técnicos pedagógicos;

14.6. Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas do futuro contrato.

14.7. Emitir, ao final do curso, certificado para todos os participantes, descrevendo o conteúdo do curso e a carga horária.

14.8. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

14.9. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas.

14.10. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

15.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

15.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.

15.2. Reter na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

15.3. Disponibilizar um local adequado para execução de programa de capacitação, com salas arejadas, carteiras escolares em bom estado de conservação e espaço físico suficiente para acomodação confortável dos participantes

15.4. Realizar a fiscalização da execução do objeto

16. DA RESCISÃO

16.1 O contrato originado da presente licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes formas:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;





II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação.

16.2 A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência do fornecimento, recebendo a CONTRATADA o valor do fornecimento executados.

16.3. Constituem motivos para rescisão dos contratos:

16.3.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;

16.3.2 Atraso não justificado na execução do contrato;

16.3.3 Paralisação da execução do contrato sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;

16.3.4. O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

16.3.5 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

16.3.6 A dissolução da sociedade;

16.3.7 Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

16.3.8 A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior;

17. DO CRITÉRIO DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO.

17.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.

18. DAS PENALIDADES

18.1-A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas e permitem a aplicação de sanções.

18.2. Em razão do inadimplemento das condições aqui estabelecidas, bem como da inexecução total ou parcial do fornecimento, incidirá a CONTRATADA sanções que se seguem:

a) Advertência; nos seguintes casos;

a.1) não assinar contrato;

a.2. executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;

b) Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia



de atraso, quando a contratada incorrer no atraso da prestação do Fornecimento do objeto do presente compromisso, com desrespeito aos prazos estabelecidos no termo referido na cláusula décima nona;

§ 1º- Ocorrendo o atraso no fornecimento por duas ou mais vezes consecutivas ou alternadas, mesmo que em obrigações pertinentes a contratos acessórios de Fornecimentos diferentes, a multa a ser aplicada será de 1% do valor do contrato por dia de atraso.

c) Suspensão temporária de participar em licitação promovida no âmbito do Município de MÃE D'ÁGUA -PB, e impedimento de com esta contratar, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c.1.) Não assinatura do contrato;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, quando decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.3. A penalidade de advertência, prevista na cláusula antecedente, letra “a”, será aplicada pela administração, de ofício e mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

18.4. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de idoneidade são de competência do Prefeito Municipal, concedida à defesa do compromissário prestar o Fornecimento no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

18.5. A multa prevista na cláusula décima nona, letra “b” será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

a) Recusa em assinatura do contrato;

b) A inexecução total do compromisso sujeitará o compromissário fornecedor à multa de 20% (vinte por cento) do valor total do compromisso;

c) O serviço executado parcialmente sujeitará o adjudicatário à multa de 10% (dez por cento) do valor total do compromisso de Fornecimento.

d) O Fornecimento do objeto em níveis de qualidade ou quantidade inferior ao devido sujeitará o CONTRATADO à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total estimado para o presente serviço, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.

18.6 - Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito a contraditória e ampla defesa, com todos os meios a eles iminentes.

18.7 As multas são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui das demais, bem como não eximem o compromissário executor da plena execução dos Fornecimentos solicitados.

18.7.1 As ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão anotadas pelo representante da Administração (gestor), nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei 8.666/93.

18.8 Será garantido ao CONTRATADO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.

18.9 O valor das multas aplicadas será sempre será deduzido do pagamento do mês de referência do Fornecimento, a que fizer jus ao CONTRATADO, se não houver recursos ou se o mesmo estiver denegado.

18.10 Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do CONTRATADO que deverá pagá-las no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

18.11. Serão aplicadas as penalidades previstas nas hipóteses inscritas nos incisos I a XVIII e parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

19. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

19.1 A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguinte do referido artigo.

20.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

20.2 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações previstas nesta licitação.

20.3 A Prefeitura Municipal de MÃE D'ÁGUA reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.

20.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pela pregoeira ou Equipe de Apoio no horário das 08h às 12h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na **Rua Luiz Furtado De Figueiredo, s/n, 1º Andar, Centro, Mãe D'água - Estado da Paraíba.**

20.4.1. Os questionamentos/impugnações/recursos encaminhados por e-mail após às 12h30 (horário local) serão considerados como recebidos no dia útil imediatamente subsequente.

20.5 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pela Pregoeira, de acordo com o que reza a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

20.6 Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta Repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

20.7 A documentação apresentada para fins de habilitação e credenciamento dos vencedores fará parte dos autos da licitação e não será devolvida aos proponentes.

20.8 Questões irrelevantes quanto ao credenciamento, proposta de preços e documentação, serão sanáveis pela pregoeira e a equipe de apoio.

20.9 São partes integrantes deste edital:





- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Projeto Pedagógico
- Anexo III – Modelo declaração de Elaboração independente de Proposta
- Anexo IV – Modelo da Proposta de preço
- Anexo V – Modelo das Declarações
- Anexo VI – Minuta de Contrato- arquivos estes que integram este edital e nos termos e condições aqui estabelecidas
- Anexo VII- Termo de recebimento do edital;

Mãe D'água - PB, 02 de dezembro de 2022.

SILVANIA SOARES DA SILVA
PREGOEIRA OFICIAL/PMMD

EDJA ASSESSORIA & CONSULTORIA EIRELI
ASSESSORIA TECNICA



www.maedagua.pb.gov.br



maedaguapb



@prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB



PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2022

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

1-DO OBJETO

1.1 - Contratação de serviços a serem prestados na efetivação/execução do Plano de Capacitação Integrado de Recursos Humanos para a área da Assistência Social - Reestruturação do SUAS/PS do Município de Mãe d'Água-PB.

2-APRESENTAÇÃO

O Município de Mãe d'Água-PB, através da Secretaria de Assistência Social abre o processo seletivo para Contratação de Serviços Prestados na Área de Capacitação Técnica Continuada. Desse modo, realizou-se um planejamento democrático junto a os trabalhadores do SUAS e as Instâncias de Controle Social para elaboração do Plano de Capacitação e Educação Permanente, elencado as demandas essenciais no tocante ao processo de capacitações a serem realizadas.

Diante da necessidade de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, senda está uma exigência no âmbito da Política de Assistência Social, sendo que o Município já realizou a programação planejamento para execução do Plano de Capacitação e Educação Permanente, sendo esta execução condensada neste Termo de Referência para formalização e cumprimento da realização das capacitações essenciais para o fortalecimento dos Programas e Serviços Socioassistenciais, bem como as condições existentes para o custeio da proposta.

Do ponto de vista do trabalho social desenvolvido pelas equipes dos Centros de referência e dos serviços socioassistenciais, as normativas Nacional e Municipais, trazem desafios que se materializam no cotidiano, demandando entendimentos comuns, corresponsabilidades em face dos resultados de proteção a serem alcançados junto às famílias. É sob esta perspectiva que apresentamos o Projeto de Trabalho para Capacitação da equipe técnica, conselheiros e famílias/indivíduos da Proteção Social a fim de atender as orientações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O conteúdo e estratégias desta proposta estão sustentados em parâmetros de instrumentos normativos e orientadores recém aprovados nas instâncias nacionais do SUAS.

A Política de Educação Permanente (2023) que considera a lógica da educação permanente, organização dos processos educativos não diferencia, antecipadamente, públicos e os conteúdos, como se houvesse "exclusividade" de conteúdo a serem aprendidos por determinadas equipes. Na verdade, trata-se de partir de situações concretas e desafiadoras do trabalho e dar tratamento diferenciado de acordo com o campo de atuação e corresponsabilidade. Desse modo, a educação permanente é um princípio indutor de processos educativos de equipes e coletivos de trabalhadores e não apenas atualização de conteúdos "exclusivos" de determinadas funções, tal como se vê na matriz da educação continuada. (PNEP,2013).

Torna-se imprescindível discutir convivência social não só conceitualmente, mas também programaticamente. Exige que as equipes profissionais sejam capazes de conhecer as dinâmicas de proteção/ desproteção social; valorização/ desrespeito que as relações sociais dentro e fora das famílias expressam, conhecendo-as em suas



contradições e mapeando suas possibilidades. É fundamental olhar mais de perto as relações entre os sujeitos, em suas relações sociais nos serviços públicos e com diferentes grupos e segmentos sociais. Somente ao aprofundar o conhecimento sobre essas relações é possível saber quando são protetivas ou quando produzem distância e até mesmo violação do direito à convivência.

3 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 - Para a aquisição deste objeto será adotada a modalidade de licitação denominada PREGÃO, Lei Federal nº 10.520/02, ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014 e outras normas aplicáveis à espécie.

3.2 - Para o julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO LOTE ÚNICO), observando todas as condições definidas no edital e seus anexos.

3.3 - A proposta final para o lote não poder conter item/ns com valor(es) superior(es) ao(s) estimado(s) pela administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do lote.

4-JUSTIFICATIVAS

4.1-DA CONTRATAÇÃO/NECESSIDADE

No tocante ao processo de capacitação profissional, observa-se a constante necessidade de aperfeiçoamento profissional e qualificação dos serviços prestado à população, buscando aperfeiçoar o atendimento as demandas postas no âmbito da Política de Assistência Social. Para avançar na consolidação da Assistência Social como Política Pública de direito é preciso assumir o desafio da implementação da capacitação permanente do seu principal recurso, seus operadores como um dos pilares do processo de qualificação do SUAS.

Neste processo destacamos os diplomas legais, em que especificamos: a Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993, através da Lei 8.742, a Política de Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, a Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS/2012, Resolução n.º 17/2011 - Ratifica as Equipes de referência e reconhece as categorias profissionais de nível superior do SUAS, Lei 12.435/2011 LOAS - LOAS alterada - Autoria a utilização de percentual do cofinanciamento do governo federal para contratação de recursos humanos, Resolução NAS n.8/2012 - Programa CAPACITASUAS - apoia os estados e município na execução em plano de capacitação do SUAS, Resolução CNAS n.º 18/2013 - Estabelece Metas específicas para a gestão Municipal nas ações de valorização dos trabalhadores e estruturação nos processos de trabalho, Portaria n.º 137 de 18/12/2013 - Institui a Mesa Nacional de Gestão do trabalho do SUAS, Resolução CNAS n.º 9/2014 - reconhece as ocupações e áreas de ocupações profissionais de nível médio do SUAS.

Esses instrumentos normativos regulamentam a operacionalização da Política Pública da Assistência Social, e por sua vez esses mecanismos, exigem novos conhecimentos, habilidades e atitudes por parte dos trabalhadores sociais, sinalizando a importância da efetivação de processos permanentes contínuos de formação e capacitação dentro de uma Política Nacional de Educação Permanente de recursos humanos do SUAS.

Esse caminho não é matéria de fácil consecução. Perguntas como capacitar o quê e para quê, sob que orientação e com quais metas, preenchem o conteúdo de debates entre gestores, estudiosos e sociedade.

E, ainda, trata-se do reconhecimento que o ensejo de capacitação no campo do SUAS ultrapassa a Camada dos profissionais executores das ações socioassistenciais. Inclui coletivos de gestor conselheiros, entidades e outros atores que interagem com a Assistência Social.

Equivale ter a devida consciência do papel representado pela capacitação como condição essencial, de caráter permanente, para o desenvolvimento da Política de Assistência Social sob um novo paradigma, o que supõe equidade, atualização teórica e consistência gerencial, mas, sobretudo, sustentabilidade política e ética no dia a dia de trabalho. Com isso, renova-se a ideia de que a Assistência Social como direito que destaca seus trabalhadores não como viabilizadores de programas, projetos, serviços benéficos, mas como viabilizadores de direitos (COUTO, 1999).

Deduz-se, assim, a necessidade do conjunto de atribuições e habilidades necessárias no campo da gestão e no atendimento no trabalho no SUAS para que seja fecundada a sua principal bandeira, conjunto de direitos à Proteção Social.

De acordo com essa compreensão o que resta em foco não é especificamente o incremento do aparato institucional ou profissional, mas sim, o reconhecimento do conjunto de direitos sociais e a sua garantia. Dessa forma, é mais do que importante, mesmo fundamental, que se considere nos debates e no processo decisório sobre esse tema, essas duas alçadas indissolúveis, do ponto de vista formal: o campo de direitos a serem garantidos e a devida reestruturação e requalificação desse setor público, com um decisivo investimento ético-político para que os trabalhadores sociais façam um pacto com os gestores e sejam capazes de mudar a vidas dos usuários e de suas instituições.

Assim, a Secretaria Municipal de Assistência Social, prima por buscar alternativas para subsidiar os trabalhadores sociais no que diz respeito ao processo de capacitação e gerar diferença junto à realidade social do Município.

Considerando que os cursos podem aportar elementos disparadores de mudanças nas práticas dos profissionais participantes, o Desenho da Capacitação explicita focos a serem trabalhados. Conforme contrato, serão ofertadas nas Capacitações. Neste desenho apresentamos as linhas mestras (ementas) diretrizes para seu desenvolvimento. Ementas com principais objetivos:

A fundamentação, o Planejamento, a Implementação e o Controle Social sobre a Política, são pontos a serem aprofundados nos processos de capacitação das equipes. O impacto da intervenção deverá alcançar o gerenciamento, o desenvolvimento de atividades socioeducativas e a participação da sociedade nesses processos.

Capacitar equipe é bem mais que repassar conteúdo. A capacitação se dá num processo de interação entre as pessoas com base em fundamentação e socialização de experiências de forma integral numa articulação de reflexão e ação. Por este motivo, defende-se que a metodologia aplicada promova a interface de conteúdo, o protagonismo e a avaliação permanente.

4.2 - DO LOTE ÚNICO



4.2.1 - Justifica-se o critério de julgamento da licitação ser o menor preço por (LOTE UNICO), por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, pois será mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica e econômica, em virtude da necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Além disso, os serviços que se pretende contratar são relacionados entre si, o que leva à conclusão de que a concentração do objeto por preço em lote único não ocasionará restrição à competitividade buscada no certame e não prejudica o ganho em escala, sempre em respeito à mais ampla competição.

4.2.2 - No que diz respeito ao Princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a Administração Pública e encarece o contrato final, uma vez que os licitantes possuirão uma margem de negociação bem maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Dessa forma, objeto em tela em lote único, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

5-DOS OBJETIVOS

5.1-OBJETIVO GERAL

Implementar a sistemática da capacitação e qualificação dos trabalhadores e as instâncias de controle social no âmbito da Política de Assistência Social no Município, objetivando o fortalecimento e estruturação da rede de serviços do SUAS.

5.2-OBJETIVOS ESPECIFICOS

Efetivar o Plano de Capacitação e Educação Permanente;

Qualificar os profissionais e instancias de controle social do SUAS no tocante da Política de Assistência Social; proporcionar capacitações continuadas com temas transversais da Política de Assistência Social; realizar articulação com a rede de serviços socioassistenciais, visando desenvolver o processo de conhecimento para melhor reflexão e qualificação da pratica.

6-PUBLICO ALVO

Gestores da Assistência Social do Município;

Conselheiros de Direitos vinculado à Política de Assistência Social;

Equipes técnicas que atuam na implementação da Política de Assistência Social no Município;

Equipes que implementam Políticas Sociais que fazem interfaces com a Assistência Social

(Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico etc).

7-METODOLOGIA

7.1 - Para atingir os objetivos propostos, se faz necessário o desenvolvimento de ações complementares com atividades que promovam o envolvimento para melhor participação.



O planejamento deve anteceder toda e qualquer ação/atividade, devendo este compor o conjunto de instrumentais a serem apresentados como referência para o processo de avaliação final.

7.2 - Serão analisados os Planos e Diagnósticos sobre as equipes que atuam implementando a Política de Assistência Social, sendo estes utilizados como subsídio para a organização do trabalho junto às equipes (composição das turmas conforme as necessidades identificadas nos Equipamentos Sociais).

7.3 - Os momentos de capacitação devem servir como estímulo para o estudo, a criticidade sobre os processos e a construção de alternativas para o crescimento e desenvolvimento da Política Social. Desse modo, serão abrangidos com os ciclos de capacitações todos os trabalhadores e instâncias de controle social vinculados a Política de Assistência Social no âmbito do SUAS do Município.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

> Realizar 20 Cursos de capacitação profissional para os trabalhadores e instancias de controle social do SUAS contemplando as Proteções Sociais no âmbito da Política de Assistência Social de modo a efetivar Plano de Capacitação e Educação Permanente, sendo este importante instrumento de aprimoramento e aperfeiçoamento do SUAS. Os cursos terão um quantitativo de 300 participantes.

> 100% das equipes vinculadas a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS envolvidos nos Programas e Serviços;

> 100% dos conselheiros municipais capacitados sobre o Controle Social no Sistema Único de Assistência Social -SUAS;

> 85% de participação efetiva e frequência.

9-CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO

Ações de Capacitação e/ou Formação

Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial		
Curso/Formação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo
Gestão do SUAS e Cadastro Único	Presencial/ On-line 16hs	Gestores, Técnicos e Conselheiros
Orientações de Estrutura do SUAS, Gestão Financeira e Orçamentária.	Presencial/ On-line 16hs	Técnico de Gestão, Vig. Socioassistencial Coordenadores do FMAS
Avaliação do Pacto de Aprimoramento do SUAS	Presencial/ On-line 8hs	Gestão, Vig. Socioassistencial Coordenadores e Técnicos da PSB e PSE

Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial, Técnicos PSB e PSE	Presencial/ On-line 16hs	Gestores, Téc. de Gestão e Conselheiros.
Carga Horária Total -----		56hs

Proteção Social Básica – PSB		
Curso/ Formação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo
Oficina sobre Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF	Presencial 16hs	Gestão, Equipe Técnica do CRAS e Conselheiros
Serviços Socioassistenciais e a Tipificação dos Serviços	Presencial 8hs	Técnicos e Trabalhadores do SUAS
Orientações sobre a utilização do Prontuário SUAS	Presencial 6hs	Gestão e Técnicos do CRAS
Trabalho Social com as Famílias e Metodologia de Acompanhamento Familiar	Presencial 16hs	Gestão e Técnicos do CRAS
Carga Horária Total -----		46hs

Proteção Social Especial – PSE		
Curso/ Formação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo
Lei nº 13.431/2017 - Escuta Especializada	Presencial 16hs	Gestão, Técnicos do CREAS e Rede local
Oficina sobre o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC)	Presencial 14hs	Equipe Técnica e Educadores Sociais do CREAS

Carga Horária Total----- 30hs

Programas e Benefícios		
Curso/ Formação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo
Programa Mais Infância e Oficina sobre a Trabalho com as famílias	Presencial 08hs	Técnicos do CRAS e orientadores sociais
Cadastro Único e Programa Auxílio Brasil - PAB (Sistemas, Condiçionalidades e legislação)	Presencial/ On-line 16hs	Equipe Cadastro Único e PBF
Carga Horária Total----- 24hs		

Controle Social		
Curso/ Formação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo
Controle Social e o Papel dos Conselhos	Presencial/ On-line 08hs	Técnicos e Conselheiros
Oficina Entidades Socioassistenciais	Presencial 08hs	Representantes de Entidades socioassistenciais
O Financiamento das ações socioassistenciais	Presencial 08hs	Técnicos e Conselheiros
Serviços, Programas e Projetos e Benefícios Socioassistenciais	Presencial/ On-line 16 horas	Técnicos e Conselheiros
Carga Horária Total----- 40hs		

10 - DOS RECURSOS HUMANOS

10.1 -O grupo de profissionais que atuará no desenvolvimento da proposta (gerenciamento atividades técnicas), deverá ser composto preferencialmente por pessoas graduadas em área social conforme Resolução nº 17/2010 (serviço social, psicologia, sociologia, pedagogia) ou, quando a temática a ser abordada exigir, conhecimento específico de áreas afins. À seleção dos profissionais é de



responsabilidade da Empresa contratada. O grupo será dividido em duas equipes subdivididas por funções específicas.

10.2 - A equipe responsável pela execução do projeto deverá assumir permanentemente a articulação com os atores sociais envolvidos, sobretudo com o Gestor Municipal e com Conselho Municipal de Assistência Social, que deverão participar das ações ampliadas e/ou garantir representação técnica nesses momentos, além de contribuir ativamente nos processos: mobilização, sensibilização produções que circularão como documentos utilizados. Considerando o grau de autonomia responsabilidades, os profissionais estão agrupados em duas equipes: Equipe de gerenciamento* Equipe de execução.

11 - DA EQUIPE PARA A EXECUÇÃO

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	QUANTIDADE / CH	DESCRIÇÃO
INSTRUTORES	Graduação na área social preferencialmente e com especialização	196 horas/aula	Planejar exposição de temas e conteúdo; Referenciar documentos utilizados; Elaborar proposta metodológica; Definir instrumentos para acompanhamento e avaliação; Disponibilizar material didático e equipamentos a serem utilizados no processo; Apresentar relatório final conforme roteiro definido pela proposta.

12 - DOS PRODUTOS

> Elaboração dos Relatórios: parciais e final;

Criação e instalação de indicadores conforme dados municipais;

> Estudo e elaboração dos critérios para seleção de participantes nas capacitações;

> Elaboração e acompanhamento da agenda da equipe municipal: compromissos e responsabilidades;

> Redação, produção e divulgação através de instrumentais: boletins, folders, cartilhas, folhetos.

13 - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

13.1 - A empresa a ser contratada, deverá fornecer/executar os serviços conforme descrição na planilha:

Recursos Humanos					
Capacitações	Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Gestão do SUAS e Vigilância	Hora Aula	56	R\$ 187,00	R\$ 10.472,00	



PSB	Hora Aula	46	R\$ 187,00	R\$ 8.602,00
PSE	Hora Aula	30	R\$ 187,00	R\$ 5.610,00
Programas e Benefícios	Hora Aula	24	R\$ 187,00	R\$ 4.488,00
Controle Social	Hora Aula	40	R\$ 187,00	R\$ 7.480,00
Total	Hora Aula	196	R\$ 187,00	R\$ 36.652,00

Material de Consumo				
ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quant	Unitário	Total
Caixa para organizar material (caixa organizadora)	Und	06	R\$ 50,00	R\$ 300,00
Cartucho para impressora multifuncional hp 3180 Colorido	Und	12	R\$ 96,80	R\$ 1.161,60
Kit de material individual para participantes (grafite nº 2, caneta esferográfica preta e azul, borracha ponteira, pincel atômico, bloco de anotações)	und	100	R\$ 68,00	R\$ 6.800,00
Pasta transparente com elástico	Und	100	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00
Fita adesiva crepe 19x50	Und	5	R\$ 10,45	R\$ 52,25
Grampos 26/6 c/5000 Eagle	Cx	5	R\$ 10,40	R\$ 52,00
Papel 40Kg 66x96	Fh	5	R\$ 28,00	R\$ 140,00
Papel A4 resma	Rs	10	R\$ 29,99	R\$ 299,90
TOTAL -----				R\$ 9.905,75

Material de Divulgação/ Grafico			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Banner - Impressão digital tipo da lona night-day 3M, medindo 1 x 70cm, com acabamento em madeira	03	R\$ 160,00	R\$ 480,00
Certificado: impressão em papel cartão, conforme capacitação	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
Folder duas dobras 210 x 297 mm A4	500	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00
Blusa em malha fio 88	100	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00



Crachá: 12 x 10cm colorido e personalizado	100	R\$ 21,50	R\$ 2.150,00
Bolsa tipo sacola, tamanho 40 x 30, material nylon impermeável	100	R\$ 64,00	R\$ 6.400,00
TOTAL			R\$ 17.230,00

Material Didático			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Confeção e impressão de apostilas padronizadas para cursos, encadernada com 50 paginas em espiral	100	R\$ 64,00	R\$ 6.400,00
TOTAL			R\$ 6.400,00

Valor Total do Projeto: 70.187,75 (setenta mil cento e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

13.2 - O valor máximo admitido para esta contratação é de R\$ **70.187,75 (setenta mil cento e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos)**, obtido através do MENOR dos preços cotados nas pesquisas de mercado realizadas pela secretaria solicitante, com empresas atuantes no ramo do objeto licitado.

13.3 - Não serão aceitos para fins de contratação, preços unitários superiores aos valores constantes no orçamento acima.

14 - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

14.1 - O monitoramento será pautado nos indicadores explícitos nas metas e nos objetivos propostos, consiste no acompanhamento periódico (bimensal, trimestral ou semestral) do cumprimento das ações constantes no projeto, observando seus prazos, visando à sua finalização, readequação (quando for o caso), ou mesmo a inclusão de novas ações não previstas inicialmente no planejamento (que podem ter decorrido de outras ações em andamento).

14.2 - É importante que o monitoramento seja realizado com a equipe técnica de referência, permitindo que os participantes avaliem a qualidade das ações e conteúdos ministrados no tocante ao processo de qualificação e aperfeiçoamento profissional. Para o monitoramento e avaliação dos serviços executados serão considerados os indicadores, ações e instrumentais abaixo descritos.

14.3-Meios de Monitoramento e Avaliação

> Acompanhamento de cada ação do projeto, considerando o alcance dos objetivos, metas resultados, por meio de:



Acompanhamento das atividades desenvolvidas pela equipe técnica de referência nas unidades de execução;

> Avaliação com a equipe técnica e com os demais participantes;

Análise de Relatórios mensais direcionados à Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social;

> Entrevista e questionário técnico com os participantes.

15 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

	ESPECIFICAÇÃO	MESES										
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	
01	Apresentação do Plano de Ação	X										
02	Elaborar e produzir material didático pedagógico para as capacitações		X		X		X		X			
03	Reuniões da equipe de execução com a Secretaria	X		X		X		X		X		
04	Reuniões da equipe de execução do projeto		X	X	X	X	X	X	X	X		
05	Sistematização dos produtos	X		X		X		X		X		
06	Elaboração dos relatórios parciais das ações realizadas e prestação de contas			X			X			X		
07	Elaboração e apresentação dos relatórios finais.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
08	Avaliação sistemática e contínua da execução do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
09	Capacitações		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
10	monitoramento		x		x		x		x			
11	Avaliação final											X

16 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1 - O futuro contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações, sendo que os serviços deverão ser executados e concluídos dentro dos prazos previstos neste Termo de Referência, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviços.

17 - DA ORIGEM DOS RECURSOS

17.1 - As despesas do Contrato correrão por conta de recursos oriundos de Emenda Parlamentar (Ação 219-G - SIGTV-Custeio) do Ministério da Cidadania e do Tesouro





Municipal(recurso ordinários), previsto na seguinte Dotação Orçamentária: 02.130 Secretaria de Assistência Social 535.969 2 08 244 2001 2048 Manutenção da Secretaria de Assistência Social; 02.140 Fundo Municipal de Assistência Social 1.612.513 6 08 244 1003 1029 Estruturação da Rede de Serv.Socioassistenciais de Prot.Social-Const.de CRAS,CREAS e 640.000 2 Afins; 08 244 1003 2054 Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS-Co-Financiamento Municipal dos Serviços 371.835 1 Programas e Projetos do SUAS; 08 244 1003 2055 Manutenção das Atividades do Bloco da Proteção Social Básica - CRAS/PAIF e SCFV; 08 244 1003 2055 Manutenção das Atividades do Bloco da Proteção Social Básica - CRAS/PAIF e SCFV

18 - DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento dos produtos fornecidos será efetuado pela Administração, obedecidas requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente é certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

18.2 - O pagamento será efetuado através de Transferência Bancária.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.2 - Proceder ao processo contratação para a composição da equipe de execução dos serviços conforme perfis e responsabilidades estabelecidas.

19.3 - Estabelecer canais eficientes de comunicação e interlocução sistemática junto a equipe técnica designada para o acompanhamento do projeto.

19.4 - Zelar pelos princípios técnicos, políticos e metodológicos dispostos no Termo de Referência.

19.5 - Elaborar e apresentar relatórios técnicos e gerenciais mensais que registrem o processo de execução física dos serviços contratados, destacando os avanços e eventuais entraves verificados em sua implementação.

19.6 - Elaborar relatórios finais que consolidem todo o processo de implementação do projeto guardem as especificidades municipal.

19.7-Reunir-se periodicamente com a equipe de coordenação do projeto para avaliar as ações e realizar os ajustes que se fizerem necessários

19.8 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e/ou supressões até o limite fixado no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

19.9 - Responder por todos os ônus referente aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que vem incidir sobre o contrato.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 - Exigir da contratada o fiel cumprimento do Edital, Termo de Referência e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

20.2 - Colocar à disposição da Contratada todas as condições necessárias para a perfeita execução dos serviços solicitados.



- 20.3-Designação da equipe técnica institucional para o acompanhamento do projeto.
- 20.4 - Planejar, acompanhar e avaliar a execução do projeto junto a Empresa responsável pela execução.
- 20.5 - Validar os profissionais selecionados pela contratada para a composição da Equipe do projeto.
- 20.6 - Participar dos processos de capacitação da equipe do projeto
- 20.7 - Monitorar a execução técnica e financeira e realizar a liberação dos recursos mediante apresentação dos produtos previamente definidos e aprovados.
- 20.8 - Efetuar o pagamento na forma convencionada no Instrumento Contratual.

21 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 21.1 - A gestão do contrato será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no instrumento contratual.
- 21.2 - A fiscalização da contratação será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, ou pessoa física ou jurídica contratada, com as atribuições de subsidiar ou assistir o Gestor de Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 21.2.1 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade dos órgãos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei 8.666/1993.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 - Este termo de referência visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, que será regido pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014 e suas alterações constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação.
- 22.2 - Reproduza-se fielmente este Termo de Referência/Projeto Básico na minuta do edital e seus Anexos.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL





A PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA -PB

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00xxxxx/2022

ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, DE QUE TRATA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009

(usar papel timbrado da empresa)

Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO III- MODELO DA PROPOSTA





PREGÃO PRESENCIAL nº 0XXXX/2022

Os dados da empresa:

Razão Social _____

CNPJ (MF) nº _____

Inscrição Estadual nº _____

Endereço _____

Fone _____ e-mail _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

BANCO _____ AGÊNCIA _____ C/ CORRENTE _____

Em atendimento ao solicitado no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 0XXXX/2022**, informamos a seguir os nossos preços para, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital.

LOTE ÚNICO – planilha:

1-Recursos Humanos				
Capacitações	Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gestão do SUAS e Vigilância	Hora Aula	56	R\$ 187,00	R\$ 10.472,00
PSB	Hora Aula	46	R\$ 187,00	R\$ 8.602,00
PSE	Hora Aula	30	R\$ 187,00	R\$ 5.610,00
Programas e Benefícios	Hora Aula	24	R\$ 187,00	R\$ 4.488,00
Controle Social	Hora Aula	40	R\$ 187,00	R\$ 7.480,00
Total	Hora Aula	196	R\$ 187,00	R\$ 36.652,00

2-Material de Consumo				
ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quant	Unitário	Total
Caixa para organizar material (caixa organizadora)	Und	06	R\$ 50,00	R\$ 300,00
Cartucho para impressora multifuncional hp 3180 Colorido	Und	12	R\$ 96,80	R\$ 1.161,60
Kit de material individual para participantes (grafite nº 2, caneta esferográfica preta e azul, borracha	und	100	R\$ 68,00	R\$ 6.800,00



ponteira, pincel atômico, bloco de anotações)				
Pasta transparente com elástico	Und	100	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00
Fita adesiva crepe 19x50	Und	5	R\$ 10,45	R\$ 52,25
Grampos 26/6 c/5000 Eagle	Cx	5	R\$ 10,40	R\$ 52,00
Papel 40Kg 66x96	Fh	5	R\$ 28,00	R\$ 140,00
Papel A4 resma	Rs	10	R\$ 29,99	R\$ 299,90
TOTAL				R\$ 9.905,75

3-Material de Divulgação/ Grafico			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Banner - Impressão digital tipo da lona night-day 3M, medindo 1 x 70cm, com acabamento em madeira	03	R\$ 160,00	R\$ 480,00
Certificado: impressão em papel cartão, conforme capacitação	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
Folder duas dobras 210 x 297 mm A4	500	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00
Blusa em malha fio 88	100	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
Crachá: 12 x 10cm colorido e personalizado	100	R\$ 21,50	R\$ 2.150,00
Bolsa tipo sacola, tamanho 40 x 30, material nylon impermeável	100	R\$ 64,00	R\$ 6.400,00
TOTAL			R\$ 17.230,00

4- Material Didático			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Confecção e impressão de apostilas padronizadas para cursos, encadernada com 50 paginas em espiral	100	R\$ 64,00	R\$ 6.400,00
TOTAL			R\$ 6.400,00

Valor Global da Proposta(planilha 1+2+3+4)= xxxxxxxxxxxxxx

Validade da proposta: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Declaração que nos preços propostos encontram-se incluídas todas e quaisquer





despesas diretas e indiretas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, que se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

Cidade – UF, ____ de ____ de ____

Responsável Legal



www.maedagua.pb.gov.br



maedaguapb



@prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES PREGÃO PRESENCIAL nº 0XXXX/2022

(usar papel timbrado da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002);

1) letra “f” item 4.2.

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL Nº **0xxxx/2022**.
Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura e do Representante Legal

2) letra “g ”item 4.2.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0xxxx/2022**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0xxxx/2022

3) letra “a” do item 8.2

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO;

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador(a) Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____ declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura de MÃE D'ÁGUA -Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL Nº. **xxxxx/2022**, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante Legal

MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

4) letra “b” do item 8.2

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____DECLARA, para fins do disposto inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. em qualquer trabalho.

(*) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal





MODELO DECLARAÇÃO QUE ASSUME A RESPONSABILIDADE PELA AUTENTICIDADE E VERACIDADE DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5) letra “c” do item 8.2

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Equipe de Apoio;

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal





ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PMMD Nº /2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI, CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA E ??????????

O MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada á Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, centro, MÃE D'ÁGUA- Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda sob o nº 09.084.088/0001-41, representada neste ato pelo Senhor Prefeito municipal _____, brasileiro, casado, residente e domiciliado na _____ N _____, centro, na cidade de _____ -PB, portador do CPF nº _____, RG Nº _____, doravante denominada de **CONTRATANTE**; e, do outro lado o fornecedor .????????? CNPJ(CPF) Nº ??????, sediado a rua ??????????, na cidade de ??????????????, com seu representante legal, Sr. ??????????????, CPF nº RG nº ?????????????? infra-assinado denominada doravante simplesmente **CONTRATADO**, têm entre si justo e contratado, com fulcro na Lei 8.666/93 atualizada e na PREGÃO PRESENCIAL nº **0XXXXX/2022**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXXX**, mediante preços e condições constantes das cláusulas seguintes e nas condições que reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o, conforme itens abaixo:

LOTE ÚNICO -

N.º de ordem	Especificação	UND	Quant.	Preço unitário	Preço total

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.A vigência do presente contrato será **de 12 (doze) meses**, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

A presente contratação tem o valor de R\$ _____ (_____), perfazendo um valor global de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO- É facultado ao **CONTRATANTE** o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, nas mesmas condições propostas, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o





disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

CLÁUSULA QUARTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2022, xxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA QUINTA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO –

1.O pagamento será efetuado em até dois dias após conclusão de cada etapa e, a contar do recebimento da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pela Secretaria Competente do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de deduzir do pagamento devido à **CONTRATADA** às importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO E DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.

2.A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25 % (vinte e cinco) por cento, de acordo com o que dispõe o Art 65, Parágrafo 1º da Lei Federal nº 9.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas e permitem a aplicação de sanções.

7.2. Em razão do inadimplemento das condições aqui estabelecidas, bem como da inexecução total ou parcial do fornecimento, incidirá a **CONTRATADA** sanções que se seguem:

a) Advertência; nos seguintes casos;

a.1. não assinatura do contrato;



a.2. executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;

b) Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, quando a contratada incorrer no atraso da prestação do Fornecimento do objeto do presente compromisso, com desrespeito aos prazos estabelecidos no termo referido na cláusula décima nona;

§ 1º- Ocorrendo o atraso no fornecimento por duas ou mais vezes consecutivas ou alternadas, mesmo que em obrigações pertinentes a contratos acessórios de Fornecimentos diferentes, a multa a ser aplicada será de 1% do valor do contrato por dia de atraso.

c) Suspensão temporária de participar em licitação promovida no âmbito do Município de MÃE D'ÁGUA -PB, e impedimento de com esta contratar, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c.1. Não assinatura do contrato;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, quando decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.3. A penalidade de advertência, prevista na cláusula antecedente, letra “a”, será aplicada pela administração, de ofício e mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

7.4. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de idoneidade são de competência do Prefeito Municipal, concedida à defesa do compromissário prestar o Fornecimento no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

7.5. A multa prevista na cláusula décima nona, letra “b” será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

a) Recusa em assinatura Contrato;

b) A inexecução total do compromisso sujeitará o compromissário fornecedor à multa de 20% (vinte por cento) do valor total do compromisso;

c) O serviço executado parcialmente sujeitará o adjudicatário à multa de 10% (dez por cento) do valor total do compromisso de Fornecimento.

d) O Fornecimento do objeto em níveis de qualidade ou quantidade inferior ao devido sujeitará o CONTRATADO à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total estimado para o presente serviço, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.

7.6 - Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito a contraditória e ampla defesa, com todos os meios a eles iminentes.

7.7 As multas são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui das demais, bem como não eximem o compromissário executor da plena execução dos Fornecimentos solicitados.

7.7.1 As ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão anotadas pelo representante da Administração (gestor), nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei 8.666/93.

7.8 Será garantido ao CONTRATADO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.

7.9 O valor das multas aplicadas será sempre será deduzido do pagamento do mês de referência do Fornecimento, a que fizer jus ao CONTRATADO, se não houver recursos ou se o mesmo estiver denegado.

7.10 Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do CONTRATADO que deverá pagá-las no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

7.11. Serão aplicadas as penalidades previstas nas hipóteses inscritas nos incisos I a XVIII e parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

Parágrafo 1º - Aplicada(s) a(s) multa(s) a **CONTRATANTE** a(s) deduzirá do primeiro pagamento que fizer a **CONTRATADA**, após a sua imposição.

Parágrafo 2º - Na hipótese da **CONTRATADA** não Ter mais pagamentos a receber, as multas devidas serão recolhidas à Tesouraria da **CONTRATANTE**. O não recolhimento das importâncias devidas ensejará na propositura da Ação Judicial cabível.

Parágrafo 3º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente, o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** da reparação por eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato venha acarretar a **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Parágrafo 4º - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas nos Incisos I,III e IV do Art 87 da Lei Federal nº 7 8.666/93, na sua atual redação, e multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DA CONTRATADA

1. Assegurar condições de recursos humanos para a realização do curso.
2. Executar o serviço contratado mediante autorização expressa do CONTRATANTE, conforme a seguir:
 - 2.1. Ministrar diretamente as etapas inicial e continuada da formação, elaborar os planos das etapas inicial e continuada da formação, observando os princípios e diretrizes definidos no Programa.
 - 2.2. Elaborar em parceria com o Secretaria da Educação os planos das etapas inicial e continuada da formação, observando os princípios e diretrizes definidos pela CONTRATANTE.
 - 2.3. Ministrar os encontros previstos para as etapas inicial e continuada da formação dos professores e profissionais da educação;
3. Assumir o ônus da remuneração dos ministrantes da Formação Inicial e Continuada, conforme valores estabelecidos no proposta vencedora;

- 3.1. Colocar à disposição das atividades, até a sua conclusão, recursos institucionais que possam contribuir para o êxito das programações, conforme ementa do curso de cada ministrante;
4. Iniciar os cursos após o recebimento da Nota de Empenho ou emissão da Ordem de Serviço; devendo o mesmo arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, fretes, impostos, taxas, contratação dos profissionais.
5. Planejar, acompanhar e avaliar as programações dos cursos através de seus técnicos pedagógicos;
6. Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas do futuro contrato.
7. Emitir, ao final do curso, certificado para todos os participantes, descrevendo o conteúdo do curso e a carga horária.
8. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.
9. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas.
10. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

II-DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

1. Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.
2. Reter na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
3. Disponibilizar um local adequado para execução de programa de capacitação, com salas arejadas, carteiras escolares em bom estado de conservação e espaço físico suficiente para acomodação confortável dos participantes
4. Realizar a fiscalização da execução do objeto

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO -

A rescisão contratual poderá ser:

9.1 O contrato originado da presente licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes formas:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação.





9.2 A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

9.3. Constituem motivos para rescisão dos contratos:

9.3.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;

9.3.2 Atraso não justificado na execução do contrato;

9.3.3 Paralisação da execução do contrato sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;

9.3.4. O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

9.3.5 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

9.3.6 A dissolução da sociedade;

9.3.7 Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

9.3.8 A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior;

PARÁGRAFO ÚNICO- Na hipótese de ocorrer rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 do aludido diploma legal e, em sendo amigável, esta deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Prefeitura de MÃE D'ÁGUA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO -

De conformidade com o disposto no art. 61, § 1º da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da cidade da comarca de Teixeira, no Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em duas vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Mãe d'água - PB, ___ de _____ de 2022.

PREFEITURA DE MÃE D'ÁGUA
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





ANEXO VII = COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0xxxx/2022

NOME/EMPRESA: _____

CNPJ/CPF: _____ **IE:** _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____

CIDADE: _____ **ESTADO:** _____

Declaro haver retirado o edital referente o processo acima, e todos os elementos necessários a participação nesta licitação, bem como tomamos conhecimento das condições e exigências da mesma.

RECEBIDO EM ____/____/____

CARIMBO/ASSINATURA

